--- ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE AZAMBUJA DO DIA 07 DE DEZEMBRO DE 2010. ----------

--- LOCAL DA REUNIÃO – Salão Nobre dos Paços do Concelho.----------

--- A reunião teve início às quinze horas e estiveram presentes, pelo Grupo do PS, o Sr. Presidente Joaquim António Ramos, o Sr. Vice-presidente Luís Manuel Abreu de Sousa e os Srs. Vereadores Marco António Martins Leal Pereira, Ana Maria Correia Ferreira e Silvino José da Silva Lúcio, pela Coligação "Pelo Futuro da Nossa Terra", o Sr. Vereador António Jorge de Oliveira Lopes e pelo Grupo da CDU, o Sr. Vereador José Elias Gabirro Fernandes. ----------

--- Secretariou a reunião o Chefe da Divisão Financeira, Dr. Ricardo Miguel Nunes Portela. -------

ANTES DA ORDEM DO DIA

--- ANÚNCIOS DO PRESIDENTE E VEREADORES----------

--- Não havendo informações a prestar, o Sr. Presidente passou, de imediato, ao ponto seguinte do período "Antes da Ordem do Dia". ----------

--- INTERVENÇÕES DO PÚBLICO----------

--- Interveio o Sr. Manuel Duarte entregando um abaixo-assinado relativo à falta de limpeza e desassoreamento das linhas de água do ribeiro do Barrabel e da Fonte Santa, em Aveiras de Cima. Informou que no passado dia 5 de Dezembro, houve inundações, situação presenciada pelo Comandante da Protecção Civil, que ordenou o corte de trânsito devido à elevada altura de água na estrada, provocada pela falta de escoamento e limpeza das referidas linhas de água. A situação anteriormente descrita tem provocado prejuízos, nomeadamente com a limpeza de quintais e com a morte de animais de criação e domésticos.----------

--- O Sr. Carlos Brito leu o **abaixo-assinado** que a seguir se transcreve: ----------

--- "Abaixo-assinado ----------

--- Os moradores do Bairro da Fonte Santa e do Barrabel vêm por este meio demonstrar desagrado com a seguinte situação: ----------

--- arrasta-se há mais de 20 anos, a falta de limpeza e desassoreamento das linhas de água do ribeiro do Barrabel e Fonte Santa, a mudança dos tubos de esgoto que na altura o empreiteiro colocou a tapar metade da passagem de 4 linhas de água que se juntam na ponte de passagem para o Bairro do Barrabel, que provocam alagamentos nos terrenos dos moradores, inundações nas habitações, assim como morte da criação e animais domésticos por afogamento, provocando prejuízos avultados aos moradores. No passado domingo dia 5 de Dezembro, voltou a haver inundações devido ao mau tempo. Esta situação foi presenciada pelo Sr. Comandante da Protecção Civil, Sr. Pedro Cardoso, que acabou por cortar o trânsito, pelo facto de o piso se encontrar com uma elevada altura de água, derivado da falta de escoamento e limpeza das referidas linhas de água. ----------

--- Assunto que os Srs. Vereadores Luís de Sousa e Silvino Lúcio têm conhecimento no terreno e continuam a ignorar a situação."----------

--- Informou que o abaixo-assinado foi subscrito por 30 moradores e será acompanhado de fotografias que ilustram todo o problema. ----------

--- Interveio o Sr. Francisco Almeida apelando à sensibilidade de todo o Executivo para com o problema descrito. Admite que "haja problemas muito mais complicados de resolver", mas este é um problema com que os moradores se deparam todos os anos e para o qual pede a colaboração da Câmara para o resolver. ----------

--- Interveio a Sra. Deolinda Oliveira reiterando o pedido de ligação da iluminação pública do jardim da Capela, nos Casais das Comeiras, pois mais uma vez não se concretizou na mesma

altura da ligação da iluminação de Natal. Acrescentou ainda que, relativamente ao jardim, foi descarregada brita cor-de-rosa que está amontoada, as árvores continuam a morrer sem serem substituídas e o jardim não tem qualquer tipo de manutenção ou arranjos.----------
--- Referiu ainda que na passada semana houve um problema que afectou todos os habitantes dos Casais das Comeiras, que teve que ver com o mau cheiro a esgoto que vem das casas de banho, situação insuportável.----------
--- Interveio o Sr. Rui Pinto apelando para a sensibilização do executivo camarário para o problema no Bairro do Barrabel e da Fonte Santa, entende que a sua resolução passará por uma possível alteração do traçado das condutas e uma calendarização de limpeza das linhas de água.----------
--- Interveio novamente o Sr. Carlos Brito acrescentando considerar que a Vila de Aveiras de Cima tem sido esquecida pela Câmara Municipal, pois vê melhorias em todas as freguesias menos em Aveiras de Cima, exemplificou o facto de a Vila de Aveiras de Cima não ter paragens de autocarro dignas, as paragens são efectuadas junto à igreja, onde no sentido sul/ norte não há paragem e junto ao café/ restaurante a Lareira, onde no sentido norte/ sul a recolha de passageiros é feita debaixo da varanda do café e no sentido oposto não há paragem. Entende que há falta de vontade da Câmara em melhorar as condições de vida dos habitantes de Aveiras de Cima. ----------
--- Interveio novamente o Sr. Rui Pinto referindo que de manhã esteve uma camioneta e uma máquina da Câmara, sob as ordens do Sr. Aníbal, para efectuar a limpeza, mas que não foi possível concretizar, pois esqueceram-se de levar um balde, acabando por se irem embora, o que comprova a má vontade da Câmara em resolver o problema. ----------
--- O Sr. Presidente respondeu que será presente em sessão da Assembleia Municipal uma proposta que consiste na Construção do Parque Urbano da Milhariça, na qual se pretende incluir a resolução do problema, pois a falta de limpeza agrava mas não o resolverá, é um problema estrutural.----------
--- Sobre as paragens de autocarro informou que está a ser feita consulta, através de financiamento da CCDR, para substituição e colocação de paragens em todo o concelho.----------
--- Solicitou que a D. Deolinda utilize a sua persistência junto da EDP, para reforçar os pedidos e contactos já tantas vezes efectuados pela Câmara. ----------
--- Interveio a Sra. Deolinda Oliveira dizendo que já telefonou para a EDP e o que lhe responderam foi que é um assunto a ser tratado com a Câmara, entende que, sendo o jardim uma obra da Câmara, será sua responsabilidade ser persistente para que a EDP faça a ligação da iluminação pública. ----------
--- INTERVENÇÕES DOS VEREADORES----------
--- Interveio o Sr. Vereador José Gabirro reiterando um pedido já efectuado pelo Grupo CDU, que tem que ver com a criação de condições de trabalho para os partidos da oposição, nomeadamente a disponibilização de um gabinete e de um funcionário. ----------
--- Sobre o assunto trazido pelos moradores do Bairro do Barrabel e da Fonte Santa referiu que esteve presente no local e constatou que existem dois impedimentos para o escoamento de água, nomeadamente o facto de haver três aquedutos mas só um é que se encontra desimpedido e o facto de o declive ser quase nulo, o que faz com se acumule muitos detritos e areias. Referiu ainda que a estrada junto à ribeira não tem qualquer tipo de protecção, o que se torna perigoso para quem transita.----------
--- Interveio o Sr. Vice-presidente informando que desde há 3 anos que vem acompanhando os problemas dos moradores do Bairro do Barrabel e da Fonte Santa, reconheceu que existe falta

de limpeza do ribeiro, mas também sabe que é um problema estrutural que não se resolverá apenas com a limpeza. Recebeu um e-mail com o relatório da Protecção Civil, acerca dos problemas ocorridos no último fim-de-semana, que encaminhou para os serviços do DIOM a fim de ser feita a limpeza do ribeiro. Reiterou a informação fornecida pelo Sr. Presidente de que será incluída uma intervenção estrutural, aquando da construção do jardim urbano da Milhariça. -------
--- Interveio a Sra. Vereadora Ana Maria Ferreira informando que decorreram reuniões na última semana com o Gabinete de Gestão Financeira do Ministério da Educação e com a Direcção Regional de Educação. Foi analisado o cumprimento do contrato de transferências de competências no âmbito da Educação e até ao momento não há qualquer razão para denúncia do contrato, no passado ano lectivo foram feitas todas as transferências e no presente foi realizada a primeira parte dos pagamentos.----------
--- Manifestou a decisão do Conselho Municipal de Educação junto da DREL acerca do reordenamento dos agrupamentos e foi informada de que ainda não há decisões definitivas, sendo que no início de Janeiro as Câmaras começarão a ser contactadas nesse sentido.----------
--- Relativamente ao encerramento de escolas, foi informada que se mantém a regra de encerramento de estabelecimentos de ensino com menos de 21 alunos, sendo previsível que algumas escolas mais pequenas venham a encerrar. ----------
--- Informou que estão a ser preparadas intervenções de melhoramento e remodelações nas escolas EB 1 e EB 2,3 de Aveiras de Cima, no Centro Escolar de Alcoentre e na escola da Quinta dos Gatos.----------
--- Foram aprovadas as candidaturas do Centro Escolar de Vila Nova da Rainha e de Aveiras de Cima. Foram submetidas as candidaturas da estrada Maçussa/ Manique do Intendente e dos reordenamentos urbanos da Rua 25 de Abril, Maçussa e Av. 25 de Dezembro, Casais do Vale do Brejo. ----------
--- Terminou dizendo que está em curso o planeamento e as primeiras reuniões das entidades parceiras para instalação do Centro Ambiental e Sustentável de Azambuja, na desactivada escola de Tagarro.----------
--- Interveio o Sr. Vereador Jorge Lopes agradecendo ao público presente toda a coragem e paciência. Coragem no sentido de terem abdicado de tempo, para estarem presente numa sessão pública da Câmara Municipal para exporem os seus problemas e paciência por terem escutado as justificações injustificadas da maioria PS na Câmara.----------
--- O problema existe há vários anos, houve vários abaixo-assinados, por isso considera inadmissível que até ao momento nada tenha sido feito. Informou que aquando da Vereação do Sr. José Manuel Pratas, responsável pelo Pelouro de Ambiente, a Câmara pressionou o Governo no sentido de serem realizadas as limpezas do ribeiro do Valverde e do ribeiro da Milhariça. A pressão exercida foi tanta que a dada altura, por um erro de despacho do Governo, foram efectuadas duas limpezas no ribeiro do Valverde e nenhuma no ribeiro da Milhariça. ----------
--- Afirmou ter ficado surpreendido com a afirmação de que haverá uma intervenção estrutural aquando da construção do parque urbano da Milhariça, pois o cano de esgoto não fica directamente na zona do parque urbano, é mais no caminho para os Casais de Vale do Brejo.---
--- Questionou se já está disponível para consulta o estudo prévio ou o projecto do parque urbano da Milhariça, uma vez que é do seu conhecimento que algumas pessoas já o viram. ------
--- Pretende saber se existe algum projecto para a Casa da Câmara em Manique do Intendente e se existe alguma coisa pensada em relação ao Castro de Vila Nova de São Pedro.----------
--- Solicitou informação acerca de todas as empreitadas que estão a ser executadas directamente pela Câmara e o ponto de situação das Piscinas Municipais.----------

--- Referiu ainda que o Programa de Medidas de Contenção para o Município de Azambuja aprovou um corte de 20% nas transferências dos subsídios anuais às colectividades. Questionou o porquê de, no caso da Associação Recreativa, Desportiva e Cultural da Maçussa, o corte efectuado ter sido de 50%. ----------
--- Manifestou a sua preocupação com o facto de o Governo impedir as IPSS´s que prestam serviços de ATL, de exercerem as suas funções no horário compreendido entre as 7 e as 9 horas e entre as 17 e as 19 horas. Entende que a medida será problemática para os pais e para as instituições, que serão obrigadas a despedir pessoal. Questionou se a Câmara tem alguma medida de contingência relativa à presente situação. ----------
--- O Sr. Presidente reafirmou que espera que a Assembleia Municipal aprove a construção do parque urbano da Milhariça para incluir no processo a resolução do problema estrutural do ribeiro. ----------
--- Informou que os projectos solicitados não estão concluídos, ainda se encontram em fase de elaboração. ----------
--- Sobre as Piscinas Municipais, afirmou que uma coisa é o projecto de recuperação, que se encontra especificado e inventariado, outra coisa é a eficiência energética, que estará a ser entregue pelo gabinete especializado e que a Câmara pretende candidatar a fundos comunitários. ----------
--- Relativamente à Associação da Maçussa, os subsídios anuais foram distribuídos numa cerimónia pública onde exortou todos os dirigentes a comunicar qualquer problema com o valor do subsídio. Estranha que a reclamação da Associação da Maçussa tenha sido feita ao Sr. Vereador Jorge Lopes. ----------
--- Informou que continua a haver negociações entre o Governo e as IPSS´s para resolver o problema da prestação de serviço de pontas. Em termos de declaração de princípio está de acordo com as palavras do Sr. Vereador, pois durante anos foram as IPSS´s que asseguraram as actividades de tempos livres, sendo que os trabalhadores não poderão ser prejudicados pela medida tomada pelo Governo. ----------
--- A recuperação do Castro de Vila Nova de São Pedro está estimada em 4 milhões de euros e está incluído no plano de compensações pela deslocalização do novo aeroporto, o Governo não tem avançado com uma linha de financiamento para este tipo de situações e é impensável avançar com o orçamento municipal, assim sendo resta-lhe continuar a pressionar o Governo. --
--- Interveio a Sra. Vereadora Ana Maria Ferreira informando que, até final do dia será entregue a memória descritiva da eficiência energética, pois a auditoria energética e a qualidade do ar interior já foram entregues. Acrescentou que na próxima quinta-feira terá uma reunião na CIMLT no sentido de ver se a memória descritiva se enquadra no Regulamento da Eficiência Energética da Candidatura e se haverá possibilidade de candidatura total ou parcial da intervenção. ----------
--- Relativamente aos ATL´s, informou que foi constituído um grupo de trabalho, no âmbito do Conselho Municipal de Educação, com o objectivo de acompanhar a evolução da situação e propor medidas passíveis de serem implementadas no Concelho. Ficou acordado que na reunião marcada para Janeiro, seriam apresentadas as primeiras informações recolhidas junto das IPSS´s, acerca do asseguramento do horário de pontas no próximo ano lectivo. ----------
--- Interveio o Sr. Vereador Marco Leal informando que em Agosto foi efectuado o levantamento relativo aos problemas das piscinas municipais, efectuado pelos serviços do DIOM. ----------
--- Referiu que o corte de 50% do subsídio atribuído à Associação da Maçussa pode ter sido originado pelo preenchimento incorrecto dos questionários enviado pela Câmara ou pela existência de dívidas para com a Câmara (nomeadamente por cedência de transporte). Referiu

ainda que a Sra. Presidente da Direcção poder-se-á dirigir ao seu Gabinete ou ao Gabinete de Apoio às Colectividades para esclarecer a discrepância de valores. ----------
--- Interveio o Sr. Vice-presidente dirigindo-se à Sra. Deolinda Oliveira, informando que a Câmara tem contactado diariamente a EDP, no sentido de ser estabelecida a ligação do jardim da Capela, nos Casais das Comeiras à iluminação pública. Referiu já ter entregado um conjunto de documentos enviados à EDP sobre o assunto, mas poderá facultar cópia dos contactos estabelecidos ultimamente. ----------
--- Interveio o Sr. Vereador Jorge Lopes solicitando cópia da inventariação dos problemas e do pedido para avaliação da eficiência energética das piscinas municipais. Pretende informação concreta sobre a redução do subsídio atribuído à Associação da Maçussa. ----------
--- Sobre os ATL´s questionou se a Câmara pode garantir que em Agosto do próximo ano não vão ser despedidas entre 50 a 60 pessoas, quantos postos de trabalhos vão ser criados e se os funcionários excedentes serão absorvidos com a abertura dos novos Centros Escolares. ----------
--- Solicitou permissão para se deslocar aos serviços do DIOM a fim de analisar o projecto de construção da Praça de Touros, pois tem conhecimento que está concluído. ----------
--- Relativamente ao Castro de Vila Nova de São Pedro questionou se a Câmara Municipal tem prevista uma intervenção que está a ser negociada com a Junta de Freguesia. ----------
--- O Sr. Presidente informou que, sobre a Praça de Touros, enviou uma mensagem ao Sr. Director do DIOM a questionar sobre o projecto, ao que em resposta foi grarantido que não foi desenvolvido nenhum projecto para reconstrução da Praça de Touros, as únicas coisas que existem são duas estimativas orçamentais, uma para a estrutura e outra para a electricidade. ----
--- Não poderá garantir que em Agosto não haverá despedimentos nas IPSS´s do Concelho, pois a gestão das mesmas não é da sua responsabilidade. Pode afirmar e garantir que a Câmara tudo fará para que isso não aconteça. ----------
--- O Sr. Vereador Marco Leal referiu ter recebido informação acerca da atribuição do subsídio anual à Associação da Maçussa, pelo que informou que a Associação apenas recebeu o subsídio referente à porta aberta, baseado no número de sócios, pois não foram realizadas outro tipo de actividades/ eventos. ----------
--- Interveio o Sr. Vereador José Gabirro referindo que a questão levantada acerca do mau cheiro provenientes dos esgotos nos Casais das Comeiras deveria ter sido tomada em consideração pela Câmara. ----------
--- Informou que o Palácio Pina Manique, em Manique do Intendente encontra-se às escuras, o que considera inaceitável, pois é um dos monumentos históricos mais bonitos do país. ----------
--- Sugeriu que na proposta onde foi aprovada a construção do jardim urbano da Milhariça, seja feita referência à intervenção no ribeiro da Milhariça. ----------
--- Informou que as estradas interiores na freguesia de Aveiras de Cima estão em muito mau estado de conservação, pelo que entende que deve ser alvo de trabalhos de repavimentação. ---
--- Chamou a atenção para o facto de o Largo da República, em Aveiras de Cima estar com um aspecto degradado e moribundo, pior do que se encontrava na sua juventude, entende que devia ser alvo de uma intervenção que o torne mais aprazível. ----------
--- O Sr. Presidente respondeu que, de 15 em 15 dias esclarece que a solução para acabar com os maus cheiros nos Casais das Comeiras passa pelo faseamento em termos da rede de esgotos e pelo funcionamento da estação de tratamentos, que estão estabelecidos nos contratos de concessão celebrados com a AdO – Águas do Oeste e AdAz – Águas da Azambuja. ----------
--- Entende que a Junta de Freguesia de Manique do Intendente deve transmitir os problemas na iluminação do Palácio Pina Manique à EDP, pois tal como a Câmara é uma instituição pública. --

--- Informou não existir nenhum tipo de pretensão da Câmara para o arranjo do Castro de Vila Nova de São Pedro, tanto que no Plano de Actividades e Orçamento para 2011 é uma acção sem verba atribuída.----------
--- O Largo da República, em Aveiras de Cima foi alvo de uma intervenção em 2009, entende que o aspecto geral tem que ver com edificado particular, é o aspecto geral da generalidade dos centros urbanos das vilas, pois as pessoas optam por construir na periferia. ----------
--- Relativamente às estradas, informou que a Câmara tem um projecto de pavimentação, que tem que ser calendarizado e realizado numa altura em que as condições climatéricas assim o permitam.----------
--- Interveio o Sr. Vereador José Gabirro, que na sequência do convite do Sr. Presidente para participação na elaboração do Plano de Actividades e Orçamento para 2011, informou pretender entregar uma proposta para criação de uma comissão técnica para a reorganização da propriedade agrícola no Alto Concelho.----------
--- O Sr. Presidente informou que a Ordem de Trabalhos da reunião extraordinária para discussão do Plano de Actividades e Orçamento para 2011 está feita e já foi distribuída pelo Executivo, sendo que não poderá ser introduzido nenhum ponto na Ordem de Trabalhos, poderá aceitar a Proposta no sentido que tentar enquadrá-la no documento. ----------

APROVAÇÃO DE ACTAS

--- Os Srs. Vereadores Ana Maria Ferreira e Jorge Lopes solicitaram a introdução de algumas correcções na acta da reunião ordinária realizada no dia 22 de Junho de 2010. ----------
--- O Sr. Presidente introduziu as alterações solicitadas e colocou as Actas a votação.----------
--- A acta da reunião ordinária realizada no dia 22 de Junho de 2010 foi aprovada por maioria, com seis votos a favor e uma abstenção (Sr. Vereador José Elias Fernandes). A acta foi assinada, sendo a sua leitura dispensada em virtude do seu texto ter sido previamente distribuído pelos membros da Câmara.----------
--- A acta da reunião extraordinária realizada no dia 30 de Junho de 2010 foi aprovada por maioria, com seis votos a favor e uma abstenção (Sr. Vereador José Elias Fernandes). A acta foi assinada, sendo a sua leitura dispensada em virtude do seu texto ter sido previamente distribuído pelos membros da Câmara.----------

ORDEM DO DIA

Ponto 1. Cedência de Terreno em Direito de Superfície – Proposta Nº 88 / P / 2010 ----------
--- O Sr. Presidente apresentou a **Proposta** que a seguir se transcreve:----------
--- "Considerando que:----------
--- o CISV Portugal – Aldeias Internacionais de Crianças é a delegação Portuguesa do CISV - Building Global Friendship é uma IPSS e desenvolve um trabalho virado para a criação de um espírito de compreensão, tolerância, amizade e paz entre os Povos, independentemente da raça, religião ou ideologias. Existe em mais de 70 países, movimenta mais de 3.000 crianças por ano, juntando-as em diversos encontros em vários países do Mundo. ----------
--- todos os anos, a Instituição recebe e envia participantes para diferentes programas e actividades em todo o mundo. Estes programas únicos representam uma das melhores respostas educacionais do mundo à violência étnica. A nível local e internacional, ajuda a construir comunidades que contribuam para um mundo mais pacífico, dando a oportunidade a crianças, jovens e suas Famílias de apreciar a diversidade, a opor-se à intolerância e a aprender a viver com uma perspectiva multi-cultural.----------
--- esta Instituição, em Portugal, organiza anualmente diversas actividades, tanto nacionais como internacionais, que são destinadas, na sua maioria, a crianças e jovens entre os 11 e os

25 anos de idade e que para o exercício da actividade de organização de campos de férias detém o Alvará nº 672 de 02 de Julho de 2010 fornecido pelo Instituto Português da Juventude, I.P.----------

--- para a realização destas actividades necessitam de um espaço próprio que cumpra toda a legislação em vigor e seja capaz de oferecer as melhores condições e que o equipamento terá uma ocupação quase permanente uma vez que realizarão actividades internacionais no Natal, Páscoa e Verão e actividades nacionais ao longo dos fins-de-semana durante o ano.----------

--- segundo o CISV o Município de Azambuja detém as melhores condições para a permanência de um equipamento como referenciado, nomeadamente no seu terreno denominado Vale Gerardo, em Aveiras de Baixo.----------

--- Proponho que: ----------

--- seja cedida, em direito de superfície por um período de 50 anos, à CISV Portugal – Aldeias Internacionais de Crianças, uma parcela com a área de 30.548,00 m2m2 a destacar do prédio rústico, designado por Vale da Rosa ou Vale da Gamboeira, freguesia de Aveiras de Baixo, concelho de Azambuja, inscrito na matriz predial sob o artigo 15 secção C, descrito na Conservatória do Registo Predial de Azambuja sob o número 00781 e registado a favor do Município de Azambuja pela inscrição G-1, nas condições e com as contrapartidas exaradas na minuta de Escritura para constituição de Direito de Superfície que se anexa a esta proposta e que dela faz parte integrante."----------

--- A Proposta nº 88 / P / 2010 foi retirada.----------

Ponto 2. SOCASA – Redução do Valor de Taxas de Urbanismo – Proposta Nº 90 / P / 2010-

--- O Sr. Presidente apresentou a **Proposta** que a seguir se transcreve:----------

--- "Assunto: Redução do valor das taxas no âmbito dos P. n.º 3/10-CEM e P. n.º 4/10-CEM ------

--- Considerando que no âmbito dos processos n.º 3/10-CEM e n.º 4/10-CEM, em nome de Socasa – Cooperativa de Habitação Económica de Azambuja, C.R.L., foram admitidas as comunicações prévias apresentadas para a construção de dois edifícios de habitação e comércio. ----------

--- Considerando que o valor das taxas devidas pela admissão de cada uma das comunicações prévias foram já liquidadas e ascendem a 1.821,20€. ----------

--- Considerando que a Socasa apresentou em 23/11/2010 requerimento em cada um daqueles processos (fls. 661 do P. n.º: 3/10-CEM e fls. 638 do P. n.º 4/10-CEM) solicitando a isenção do pagamento de taxas.----------

--- Considerando o teor dos meus despachos exarados nas informações n.º 295/CR/DGU/2010 e n.º 296/CR/DGU/2010 constantes de fls.680 e 644 dos P. n.º 3/10-CEM e n.º 4/10-CEM, respectivamente. ----------

--- Considerando que o n.º 3 do artigo 46º do Regulamento Municipal da Urbanização e Edificação e das Taxas e Compensações em vigor no Município à data da entrada dos processos - Regulamento n.º 288/2009 publicado no DR II Série n.º 132 de 10/07/2009, prevê a possibilidade de redução das taxas até ao máximo de 90%. ----------

--- Considerando a manifesta função social, que por todos é reconhecida no âmbito da habitação levada a cabo no Município de Azambuja por esta entidade e no seguimento de outros tipos de apoios já prestados nomeadamente, a cedência do direito de superfície de terrenos do domínio privado do Município, integrados numa verdadeira política de habitação. ----------

--- Considerando que a requerente apresentou documento comprovativo de que beneficia de isenção de IRC.----------

--- Proponho que: ----------

--- a Câmara Municipal delibere, ao abrigo da competência prevista no artigo 88º e com base na faculdade contida no n.º 3 do artigo 46º do Regulamento Municipal da Urbanização e Edificação e das Taxas e Compensações - Regulamento n.º 288/2009 publicado no DR II Série n.º 132 de 10/07/2009, reduzir em 90% o valor das taxas devidas no âmbito dos processos acima referidos, fixando-se em 182,20€ o valor, já arredondado, das taxas a pagar pela Socasa em cada um dos processos."----------

--- O Sr. Presidente esclareceu que a presente proposta é uma solicitação da Cooperativa SOCASA, que visa a redução das taxas de urbanismo em 90%, para todos os processos assinalados nos considerandos. A situação está prevista no Regulamento Municipal da Urbanização e Edificação e das Taxas e Compensações em vigor no Município.----------

--- Uma vez posta a votação foi a Proposta n.º 90 / P / 2010 aprovada por maioria, com seis votos a favor (Grupo PS e Coligação) e uma abstenção (Grupo CDU). ----------

Ponto 3. Processos de Urbanismo – Accionamento de Caução: ----------

3.1. FERROMAX, Urbanização e Construções – Proposta Nº 91 / P / 2010----------

--- O Sr. Presidente apresentou a **Proposta** que a seguir se transcreve:----------

--- "Considerando:----------

--- as deliberações camarárias de 18/03/1996 e de 17/03/1997, que licenciaram a operação de loteamento com obras de urbanização e a titularam com o alvará de loteamento n.º 1/97;----------

--- as deliberações camarárias identificadas na Informação 168/PN/DPU/2010 que licenciaram sucessivas alterações e aditamentos ao alvará 1/97;----------

--- que o prazo para a conclusão das obras de urbanização já foi ultrapassado sem que as mesmas se mostrem concluídas, o que implica estarem reunidas as condições para a declaração da caducidade da licença concedida para a realização da operação de loteamento com obras de urbanização;----------

--- o conteúdo da informação técnica n.º 168/PN/DPU/2010 que se anexa e que faz parte integrante da presente proposta; ----------

--- as competências previstas no n.º 5 do artigo 71º do D.L. 555/99, de 16 de Dezembro na redacção dada pela Lei 26/2010 de 30 de Março (ex vi a alínea c) do n.º 1 e no n.º 3 do artigo 84º deste diploma). ----------

--- Proponho que a Câmara Municipal delibere: ----------

--- 1. declarar a caducidade da licença concedida para a realização da operação de loteamento com obras de urbanização, titulada através do alvará n.º 1/97 e posteriores alterações e aditamentos;----------

--- 2. promover, com prévia posse administrativa, a execução das obras de urbanização, aprovadas e ainda por executar, por conta do titular do alvará de loteamento, e ----------

--- 3. accionar a caução prestada sob a forma de garantia bancária n.º 050-43.010136-5 do Montepio Geral, para pagamento das obras de urbanização a executar pela Câmara Municipal."

--- O Sr. Presidente esclareceu que a presente proposta visa o accionamento de caução do processo de urbanismo da FERROMAX, uma vez que as obras não foram concluídas pelo promotor. Nestes casos a Lei e os Regulamentos determinam a declaração de caducidade da licença, a promoção da posse administrativa, a execução das obras e o accionamento da caução prestada pelo promotor. ----------

--- Informou estar presente o Director do Departamento de Urbanismo, Arquitecto Miguel Marques dos Santos para prestar os esclarecimentos que os Srs. Vereadores entendam como necessários. ----------

--- Interveio o Sr. Vereador José Gabirro questionando se existem garantias de que a caução ainda existe. ----------
--- O Sr. Arq. Marques dos Santos respondeu não ter conhecimento oficial de qualquer declaração de falência, nem de ter sido tomada pelo banco. Esclareceu que as cauções são garantias bancárias irrevogáveis.----------
--- Interveio o Sr. Vereador Jorge Lopes sugerindo que as propostas, com processo para consulta do G.A.P., sejam acompanhadas pela informação dos serviços técnicos, que para os Vereadores da oposição é uma ajuda na compreensão do processo. ----------
--- Questionou a partir de quando se pode accionar a caução. ----------
--- O Sr. Arq. Marques dos Santos respondeu que a caução é substituída por uma garantia bancária que não tem prazos, mas que a proposta já poderia ter sido apresentada.----------
--- O Sr. Presidente acrescentou que a garantia bancária poderia ter sido accionada há muito tempo, mas a Câmara optou por tentar que o loteador concluísse as obras, sendo que há 3 anos ainda avançou com parte das obras. Agora concluiu-se que não vale a pena continuar a insistir, pelo que foram identificadas as componentes em falta no projecto de loteamento e avançou-se para a caducidade da licença.----------
--- O Sr. Arq. Marques dos Santos referiu que o compasso de espera feito pela Câmara coincidiu com o início das obras do novo Centro Escolar de Azambuja, uma vez que era obrigatório a colocação da segunda camada de betuminoso junto à escola que seria estragada nas obras de construção do Centro Escolar. ----------
--- Interveio o Sr. Vereador Jorge Lopes solicitando um levantamento de todos os loteamentos em incumprimento que possam ser alvo de accionamento da caução.----------
--- Uma vez posta a votação foi a Proposta n.º 91 / P / 2010 aprovada por unanimidade. ----------
3.2. Imobiliárias Rias Baixas, Lda. – Proposta Nº 92 / P / 2010----------
--- O Sr. Presidente apresentou a **Proposta** que a seguir se transcreve:----------
--- "Considerando:----------
--- as deliberações camarárias de 16/10/2000 e de 19/03/2001, que licenciaram a operação de loteamento com obras de urbanização e a titularam com o alvará de loteamento n.º 2/2001; ------
--- as deliberações camarárias identificadas na Informação 208/PN/DPU/2010 que licenciaram dois aditamentos ao alvará 2/2001;----------
--- que o prazo dado para a realização das obras de correcção das obras de urbanização que diz resquanto ao "estado do relvado e a rede de rega correspondente", está ultrapassado; ----------
--- o conteúdo da informação técnica n.º 208 /PN/DPU/2010 que se anexa e que faz parte integrante da presente proposta; ----------
--- as competências previstas no n.º 5 do artigo 71º do D.L. 555/99, de 16 de Dezembro na redacção dada pela Lei 26/2010 de 30 de Março (ex vi a alínea c) do n.º 1 e no n.º 3 do artigo 84º deste diploma). ----------
--- Proponho que a Câmara Municipal delibere: ----------
--- 1. promover, com prévia posse administrativa, a execução das obras de urbanização, aprovadas e ainda por executar, por conta do titular do alvará de loteamento, e ----------
--- 2. accionar a caução prestada sob a forma de garantia bancária n.º 85/2001 da Caixa de Aforros de Vigo, Ourense e Pontevedra, Caixa Nova, para pagamento das obras de urbanização a executar pela Câmara Municipal." ----------
--- O Sr. Presidente esclareceu que a presente proposta é uma situação idêntica à anterior, referente ao processo da Imobiliária Rias Baixas, mais conhecida pela urbanização dos espanhóis.----------

--- Uma vez posta a votação foi a Proposta n.º 92 / P / 2010 aprovada por unanimidade. ----------

Ponto 4. Projecto de Regulamento de Obras e Trabalhos na Via Pública relativo à Construção, Instalação, Uso e Conservação de Infra-estruturas no Município de Azambuja – Proposta 93 / P / 2010 ----------

--- O Sr. Presidente apresentou a **Proposta** que a seguir se transcreve:----------

--- Considerando que:----------

--- se torna necessário regularizar a intervenção das empresas concessionárias no espaço público do Município de Azambuja, particularmente quando operam em redes de subsolo; --------

--- independentemente das tentativas efectuadas pelos Serviços Municipais, o processo de compatibilização entre a intervenções do Município e as das empresas concessionárias raramente é compatibilizado, devido ao facto de que cada uma delas opera de acordo com o seu plano de investimentos; ----------

--- há, assim, que garantir a reposição atempada das condições em que se encontrava o espaço publico – nomeadamente passeios e arruamentos – antes das referidas intervenções;----------

--- para tal, os Serviços Municipais elaboraram um Projecto de Regulamento de Obras e Trabalhos na Via Pública Relativo à Construção, Uso e Conservação de Infra-Estruturas no Município de Azambuja;----------

--- foram ouvidas as principais empresas operadoras ao nível de infra-estruturas – PT, ZON , Optimus ,Oni Communications ,EDP, Lisboagás ,EPAL, Águas de Azambuja, Águas do Oeste, Amagás, Anacom, ERSE e ERSAR;----------

--- as referidas empresas efectuaram propostas sobre o Projecto em questão, tendo merecido acolhimento algumas das sugestões efectuadas;----------

--- Proponho: ----------

--- que seja sujeito a discussão pública, nos prazos legais, o Projecto de Regulamento de Obras e Trabalhos na Via Publica Relativo à Construção, Instalação, Uso e Conservação de Infra-Estruturas no Município de Azambuja, a fim de que o mesmo seja posteriormente reapreciado pela Câmara e submetido à Assembleia Municipal."----------

--- O Sr. Presidente esclareceu que a presente proposta visa a criação de um Regulamento para normalização do trabalho efectuado pelas concessionárias operadoras no subsolo, no sentido de regularizar as intervenções a ocorrer no Município. O Grupo de Trabalho responsável pela elaboração do Regulamento teve o cuidado de fazer uma audiência prévia com a generalidade das operadoras que por norma intervêm no concelho, sendo que foram acolhidas algumas sugestões propostas. ----------

--- Informou estarem presentes a Eng. Lurdes Cláudio e o Dr. João Gato para prestarem os esclarecimentos que os Srs. Vereadores entendam como necessários. ----------

--- Interveio o Sr. Vereador Jorge Lopes sugerindo que no art. 40º seja fixado um prazo concreto durante o qual se deva dar conhecimento à Junta de Freguesia dos pedidos de intervenção feitos pelos operadores.----------

--- O Sr. Presidente informou que a sugestão será introduzida, uma vez que segundo a Lei o Regulamento deverá ser colocado em discussão pública pelo período de 30 dias.----------

--- Uma vez posta a votação foi a Proposta n.º 93 / P / 2010 aprovada por unanimidade. ----------

--- Depois da discussão e votação da presente Proposta, o Sr. Vereador Jorge Lopes ausentou-se da reunião devido a compromisso de ordem profissional.----------

Ponto 5. Abertura de Procedimento Concursal: Assistente Operacional – Sapador Florestal – Proposta nº 94 / P / 2010 ----------

--- O Sr. Presidente apresentou a **Proposta** que se transcreve: ----------

--- "Considerando:----------
--- que o orçamento para 2010, da Câmara Municipal, contempla em anexo o mapa de pessoal, com três lugares vagos, na carreira/categoria de Assistente Operacional, na actividade de Sapador Florestal a serem preenchidos por contrato de trabalho por tempo determinado;----------
--- que a Câmara celebrou, em 15 de Junho de 2009, o protocolo de colaboração com o Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P. e a Autoridade Florestal Nacional, para se estabelecer o apoio financeiro à aquisição de meios técnicos e logísticos, bem como à comparticipação dos encargos a suportar com a constituição de uma equipa de sapadores florestais, conforme protocolo que se anexa à presente proposta;----------
--- a necessidade de afectar pessoal da carreira e categoria de Assistente Operacional, para a actividade de Sapador Florestal, com vista a integrarem a mencionada equipa de sapadores florestais; ----------
--- a insuficiência na autarquia de outros recursos humanos detentores de formação profissional especifica necessária para o desempenho das funções de sapador florestal, que possam colmatar as carências agora verificadas;----------
--- os motivos enunciados na informação em anexo à presente proposta pelo Serviço de Protecção Civil, verifica-se a existência de relevante interesse público na presente contratação; -
--- que o recrutamento que agora se pretende realizar se torna imprescindível para o bom e regular funcionamento das equipas de sapadores florestais que se pretende constituir; ----------
--- que não existem reservas de recrutamento no Município de Azambuja nem na Entidade Centralizada para Constituição de Reservas de Recrutamento (ECCRC), uma vez que ainda não foi publicitado qualquer procedimento concursal para reserva de recrutamento, ficando assim, até à sua publicitação, temporariamente dispensada a obrigatoriedade de consulta prévia àquela entidade, conforme informação disponibilizada pela Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP) no respectivo site. ----------
-- Proponho: ----------
--- 1 – que, com base na fundamentação supra exposta, e ao abrigo do disposto no artigo 9.º e 10.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho, a Câmara autorize proceder ao recrutamento excepcional mediante abertura do procedimento concursal comum, pelo prazo de 10 dias úteis, contados da data de publicação do aviso de abertura na 2.ª série do Diário da República, para ocupação de três postos de trabalho na carreira e categoria de Assistente Operacional, com funções enquadradas nas referidas no ANEXO à Lei 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, grau de complexidade funcional 2, inseridas na actividade de sapador florestal no Serviço Municipal de Protecção Civil, previstos e não ocupados, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo determinado – termo resolutivo certo pelo prazo de um ano renovável por igual período;----------
--- 2 – que a habilitação académica exigida para este procedimento concursal seja a escolaridade obrigatória, acrescida de curso de formação profissional especifico nos termos do disposto no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 109/2009, de 15 de Maio; ----------
--- 3 – que, para cumprimento do disposto na al) b) n.º 2 do artigo 10.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho, o presente recrutamento se inicie de entre os trabalhadores que não pretendam conservar a qualidade de sujeitos de relações jurídicas de emprego público constituídas por tempo indeterminado, ou daqueles colocados em situação de mobilidade especial. E, que no caso de impossibilidade de ocupação de todos ou de alguns postos de trabalho por aplicação desta regra, tendo em conta os princípios de racionalização e eficiência que devem presidir à actividade municipal, bem como o disposto no n.º 6 do artigo 6.º da lei n.º 12-A/2008, de 27 de

Fevereiro, se proceda ao recrutamento de trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo determinado ou determinável ou sem relação jurídica de emprego público previamente estabelecida;----------
--- 4 – que seja utilizada a faculdade prevista no n.º 4 do art. 53.º da Lei n.º 12 -A/2008 e dos nºs. 1, 2 e 4 do art. 6.º da Portaria n.º 83 -A/2009, sendo utilizado apenas um método de selecção obrigatório – avaliação curricular - e um método de selecção complementar - entrevista profissional de selecção -, atendendo aos princípios subjacentes de economia, eficácia e eficiência da gestão da Administração Pública, nomeadamente na prossecução dos interesses próprios das populações que respeitam, e considerando o carácter urgente do procedimento que visa a ocupação célere dos postos de trabalho em causa, com vista à constituição das referidas equipas de sapadores florestais que deverão estar a operar no terreno antes do início do período critico de fogos florestais; ----------
--- 5 – que o procedimento concursal se destine à ocupação dos postos de trabalho referidos e sempre que, em resultado de procedimento concursal comum, a lista de ordenação final, devidamente homologada, contenha um número de candidatos aprovados superior ao dos postos de trabalho a ocupar seja constituída uma reserva de recrutamento interna, válida por um prazo máximo de 18 meses contados da data de homologação da lista de ordenação final; -------
--- 6 – que o júri deste procedimento concursal seja constituído pelos seguintes elementos:-------
--- Presidente: Andreia Cristina Ferreira Raposo Aires – Técnica Superior;----------
--- Primeiro vogal efectivo – Nelson Luís campos Marcelo dos Santos – Chefe de Divisão;---------
--- Segundo vogal efectivo – Maria Teresa Pereira Cardoso – Chefe de Divisão em regime de substituição. ----------
--- Vogais suplentes – Maria João Gomes Martins – Técnico Superior; Pedro João Simões Cardoso – Comandante Operacional Municipal. ----------
--- O Presidente do Júri será substituído, nas suas faltas e impedimentos, pelo primeiro vogal efectivo."----------
--- O Sr. Vice-presidente esclareceu que a presente proposta vem no sentido de dar continuidade ao protocolo celebrado com o Instituto de Financiamento da Agricultura e das Pescas e a Autoridade Florestal Nacional para ser criado um grupo de sapadores florestais. Foi ministrado o curso de formação, foi recebida a verba para compra de uma viatura e de material e agora propõe-se a abertura de procedimento concursal para afectação de 3 sapadores florestais. -------
--- Uma vez posta a votação foi a Proposta n.º 94 / P / 2010 aprovada por unanimidade. ----------
Ponto 6. Adjudicação de Empreitadas: ----------
6.1. "E81/ 10 – Execução do Centro Escolar de Aveiras de Cima" – Proposta nº 42 / VP / 2010----------
--- O Sr. Vice-presidente apresentou a **Proposta** que se transcreve:----------
--- "*Considerando:*----------
--- que a Proposta nº 20 / V-AMF / 2010 aprovou a submissão da candidatura "Centro Escolar de Aveiras de Cima", no âmbito do Regulamento Específico "Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-escolar" do Programa Operacional Regional Alentejo, inserido no Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007/ 2013; ----------
--- que a Proposta nº 32 / VP / 2010 aprovou o Projecto de Execução da referida Candidatura;---
--- que foi lançado Concurso Público para a empreitada "E81/10 – Execução do Centro Escolar de Aveiras de Cima";----------
--- o relatório de análise de propostas apresentadas ao Concurso Público Urgente acima mencionado.----------

--- Proponho: ----------
--- que a Câmara delibere adjudicar a empreitada "E81/10 – Execução do Centro Escolar de Aveiras de Cima", à empresa CONSTRUSAN, Engenharia e Construção, S.A., pelo valor de 1.152.792,41€ (um milhão cento e cinquenta e dois mil setecentos e noventa e dois euros e quarenta e um cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor." ----------
--- O Sr. Vice-presidente esclareceu que a presente proposta visa a adjudicação da empreitada para execução do Centro Escolar de Aveiras de Cima, à empresa CONSTRUSAN – Engenharia e Construção, pelo valor de 1.152.792,41€. ----------
--- Uma vez posta a votação foi a Proposta n.º 42 / VP / 2010 aprovada por unanimidade. ---------
6.2. "E80/ 10 – Execução do Centro Escolar de Vila Nova da Rainha" – Proposta nº 43 / VP / 2010----------
--- O Sr. Vice-presidente apresentou a **Proposta** que se transcreve: ----------
--- "Considerando:----------
--- que a Proposta nº 18 / V-AMF / 2010 aprovou a submissão da candidatura "Centro Escolar de Vila Nova da Rainha", no âmbito do Regulamento Específico "Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-escolar" do Programa Operacional Regional Alentejo, inserido no Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007/ 2013; ----------
--- que a Proposta nº 19 / V-AMF / 2010 aprovou o Projecto de Execução da referida Candidatura;----------
--- que foi lançado Concurso Público para a empreitada "E80/10 – Execução do Centro Escolar de Vila Nova da Rainha"; ----------
--- o relatório de análise de propostas apresentadas ao Concurso Público Urgente acima mencionado.----------
--- Proponho: ----------
--- que a Câmara delibere adjudicar a empreitada "E80/10 – Execução do Centro Escolar de Vila Nova da Rainha", à empresa Nogueira & Matias, Lda., pelo valor de 979.757,26€ (novecentos e setenta e nove mil setecentos e cinquenta e sete euros e vinte e seis cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor."----------
--- O Sr. Vice-presidente esclareceu que a presente proposta visa a adjudicação da empreitada para execução do Centro Escolar de Vila Nova da Rainha, à empresa Nogueira & Matias, pelo valor de 979.757,26€. ----------
--- Uma vez posta a votação foi a Proposta n.º 43 / VP / 2010 aprovada por unanimidade. ---------
Ponto 7. Indemnização – Proposta nº 87 / P / 2010 ----------
--- O Sr. Presidente apresentou a **Proposta** que se transcreve: ----------
--- "Considerando:----------
--- que o particular Mário Rui Miranda Couto reclamou da autarquia o pagamento de danos causados na sua viatura quando circulava na Avenida Município dos Mosteiros, em Azambuja, devido ao embate em dois buracos existentes no pavimento;----------
--- que é competência do Município a manutenção e conservação de redes de circulação, tal como resulta da alínea f) do nº 2 do artigo 64º da Lei das Autarquias Locais;----------
--- a análise do Gabinete Técnico-Jurídico, concluindo pela atribuição da responsabilidade ao Município pelos danos causados – cf. Informação nº 51/JPG/GTJ/2008. ----------
--- Proponho: ----------
--- que a Câmara Municipal delibere ressarcir o particular pelos danos acima referidos, no valor de 553,82 (quinhentos e cinquenta e três euros e oitenta e dois cêntimos), de acordo com o orçamento apresentado e constante de fls. 4 do Processo Administrativo nº 65/GTJ/2008.---------

--- O Sr. Vereador Silvino Lúcio esclareceu que a presente proposta visa o pagamento de uma indemnização, no valor de 553,82€, ao Sr. Mário Couto, por danos causados na sua viatura provocados por dois buracos existentes no pavimento na Avenida Município dos Mosteiros, em Azambuja. ----------
--- O Sr. Vereador José Gabirro questionou se a Câmara não deveria accionar o seguro para pagamento deste tipo de situações recorrentemente trazidas a sessão de Câmara. ----------
--- O Sr. Presidente respondeu que os valores presentes em sessão de Câmara são inferiores ao valor da franquia do seguro. ----------
--- Uma vez posta a votação foi a Proposta n.º 87 / P / 2010 aprovada por unanimidade. ----------
Ponto 8. Realojamento em Habitação Social (PER Azambuja) – Proposta nº 44 / VP / 2010 -
--- O Sr. Vice-presidente apresentou a **Proposta** que se transcreve: ----------
--- "Considerando que: ----------
--- Mãe e filha de 48 e 14 anos de idade residem numa freguesia do Concelho de Azambuja numa habitação de renda com alguns problemas de habitabilidade; ----------
--- são beneficiárias de Rendimento Social de Inserção recebendo um valor mensal no valor de 284.28€ e tem como despesas 150.00€ de renda de habitação acrescido de pagamento de luz, gás e telefone, assim como despesas de farmácia devido aos problemas de saúde da mãe. ------
--- este agregado familiar está a viver com graves problemas de económicos. ----------
--- a família está inscrita na Divisão de Saúde e Acção Social em termos de habitação social do Município e existe de momento uma habitação devoluta. ----------
--- Propõe-se que: ----------
--- este agregado familiar seja realojado no Beco Madre Teresa de Calcutá, n.º 4, R/Ch Dto. em Azambuja, sendo a renda, de acordo com os documentos apresentados, no valor de 5,00€ mensais." ----------
--- O Sr. Vice-presidente esclareceu que a presente proposta visa o realojamento no PER de Azambuja de uma família carenciada, beneficiária do rendimento social de inserção, no valor de 284€, que actualmente servem apenas para cobrir as despesas (renda, luz, água, gás, telefone e farmácia), o agregado familiar está a viver graves problemas económicos. ----------
--- Uma vez posta a votação foi a Proposta n.º 44 / VP / 2010 aprovada por unanimidade. ---------
Ponto 9. Rescisão de Contrato de Arrendamento e Anulação de Dívida – Proposta nº 45 / VP / 2010 ----------
--- O Sr. Vice-presidente apresentou a **Proposta** que se transcreve: ----------
--- "Considerando: ----------
--- que o Sr. Joaquim Milheiro Dias, assinou contrato de arrendamento em Outubro de 2002, referente ao fogo nº2, 3ºF, no Núcleo Habitacional de Azambuja; ----------
--- que o seu estado de saúde se foi agravando ao longo do tempo, tendo sempre alguma dificuldade em liquidar as suas rendas; ----------
--- a informação social que junto se anexa. ----------
--- Propõe-se: ----------
--- que a Câmara Municipal aprove a rescisão do contrato de arrendamento, bem como a anulação da dívida das rendas que o inquilino tem em atraso." ----------
--- O Sr. Vice-presidente esclareceu que a presente proposta visa a aprovação da rescisão do contrato de arrendamento com anulação da dívida das rendas de um senhor que habitava no PER de Azambuja, mas que devido a problemas de saúde foi colocado num Lar, onde paga 700€, valor superior à pensão auferida. ----------
--- Uma vez posta a votação foi a Proposta n.º 45 / VP / 2010 aprovada por unanimidade. ---------

Ponto 10. Atribuição de Apoios: ----------
10.1. Juntas de Freguesia – Proposta nº 40 / V-SL / 2010 ----------
--- O Sr. Vereador Silvino Lúcio apresentou a **Proposta** que se transcreve:----------
--- "Considerando que:----------
--- com a aproximação da época natalícia as Juntas de Freguesia do Concelho pretendem instalar em diversos espaços públicos iluminação de Natal;----------
--- a Câmara tem apoiado em anos anteriores as Juntas de freguesia na aquisição e instalação de iluminação de Natal;----------
--- é competência da Câmara deliberar sobre formas de apoio às Freguesias. ----------
--- Proponho: ----------
--- que a Câmara aprove a atribuição das verbas abaixo indicadas às Juntas de Freguesia, a titulo de comparticipação na iluminação de Natal. ----------

Junta de Freguesia de Alcoentre	*1.100 Euros*
Junta de Freguesia de Aveiras de Baixo	*880 Euros*
Junta de Freguesia de Aveiras de Cima	*1.100 Euros*
Junta de Freguesia de Azambuja	*660 Euros*
Junta de Freguesia da Maçussa	*660 Euros*
Junta de Freguesia de Manique do Intendente	*880 Euros*
Junta de Freguesia de Vale do Paraíso	*660 Euros*
Junta de Freguesia de Vila Nova da Rainha	*660 Euros*
Junta de Freguesia de Vila Nova de S. Pedro	*770 Euros*
TOTAL	*7.370 Euros*

--- O Sr. Vereador Silvino Lúcio esclareceu que a presente proposta é feita anualmente e visa a atribuição de apoio financeiro às Juntas de Freguesias para comparticipação na iluminação de Natal. ----------
--- O Sr. Vereador José Gabirro questionou a forma como é feita a distribuição das verbas. -------
--- O Sr. Vereador Silvino Lúcio respondeu que a distribuição é feita consoante o número de habitantes e lugares em cada uma das freguesias, no caso de Azambuja, a colocação de iluminação na sede de freguesia é feita pela Câmara, sendo que a Junta colocará iluminação nos Casais de Baixo e nos Casais de Britos. ----------
--- Uma vez posta a votação foi a Proposta n.º 40 / V-SL / 2010 aprovada por unanimidade. ------
10.2. Junta de Freguesia de Vila Nova da Rainha – Proposta nº 89 / P / 2010 ----------
--- O Sr. Presidente apresentou a **Proposta** que se transcreve: ----------
--- "Considerando o pedido efectuado pela Junta de Freguesia de Vila Nova da Rainha, que junto se anexa. ----------
--- Proponho: ----------
--- que a Câmara Municipal delibere atribuir um subsídio, à Junta de Freguesia de Vila Nova da Rainha, no valor de 1.343,10€, para pagamento dos estragos causados nos Covais do Cemitério aquando do mau tempo que se fez sentir." ----------
--- O Sr. Presidente esclareceu que esta proposta visa ressarcir a Junta de Freguesia de Vila Nova da Rainha, no valor de 1.343,10€, para pagamento da reparação dos estragos no Cemitério causados pelo mau tempo. ----------
--- O Sr. Vereador José Gabirro questionou o porquê da apresentação de uma proposta do género, uma vez que tem informação de que normalmente este tipo de intervenção é da responsabilidade das Juntas. ----------

--- O Sr. Presidente respondeu que a administração dos cemitérios é da responsabilidade da Câmara, que tem feito obras estruturais em vários cemitérios. Esta é uma situação pontual pedida pela Junta de Freguesia e causada pelo mau tempo que se tem feito sentir.----------
--- Uma vez posta a votação foi a Proposta n.º 89 / P / 2010 aprovada por unanimidade. ----------
10.3. EBI Azambuja – Proposta nº 35 / V-AMF / 2010 ----------
--- A Sra. Vereadora Ana Maria Ferreira apresentou a **Proposta** que se transcreve: ----------
--- *Considerando:*----------
--- *as competências do Município ao nível de Educação;*----------
--- *que o projecto "Azambuja de A a Z" é uma iniciativa municipal que visa promover a valorização do património concelhio, envolvendo a comunidade educativa numa maior aproximação ao concelho;*----------
--- *que o projecto visa contribuir para a formação de futuros munícipes, que serão os agentes promotores do desenvolvimento económico-social e cultural do Concelho.*----------
--- *Proponho:* ----------
--- *a transferência da verba de 370,00€ (trezentos e setenta euros) para a EBI de Azambuja, para a elaboração de um painel de azulejo alusivo ao Concelho, no âmbito do projecto "Azambuja de A a Z".*----------
--- A Sra. Vereadora Ana Maria Ferreira esclareceu que esta proposta visa a atribuição de apoio financeiro à Escola EBI de Azambuja, no valor de 370€, para elaboração de um painel de azulejo alusivo ao Concelho, no âmbito do projecto "Azambuja de A a Z". ----------
--- Uma vez posta a votação foi a Proposta n.º 35 / V-AMF / 2010 aprovada por unanimidade.----
Ponto 11. Informações----------
11.1. Informação N.º 13 / P / 2010 ----------
--- *"Assunto: Modificação ao orçamento* ----------
--- *Considerando o teor da Proposta n.º 5-A / P / 2009 que delega no Presidente da Câmara competência para a elaboração de Alterações ao Plano de Actividades Municipais, ao Plano Plurianual de Investimentos e ao Orçamento e, nos termos do nº 3, do art. 65º, do Decreto-lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas, informo a Câmara sobre a realização das seguintes modificações orçamentais, datadas de 17 de Novembro, que se anexam:*----------
--- *13ª Alteração ao Orçamento da Despesa* ----------
--- *13ª Alteração ao Plano de Actividades*----------
--- *12ª Alteração ao Plano Plurianual de Investimentos."* ----------
--- A Câmara tomou conhecimento.----------
11.2. Informação N.º 14 / P / 2010 ----------
--- *"Considerando:*----------
--- *que as contas anuais do Município de Azambuja são verificadas por auditor externo, nos termos do art. 48º da Lei das Finanças Locais (Lei nº 2/ 2007, de 15 de Janeiro);*----------
--- *que, decorrente do facto mencionado no parágrafo anterior, compete ao auditor externo, nos termos do nº 3 do artigo atrás citado, remeter semestralmente à Assembleia Municipal informação sobre a respectiva situação económica e financeira, apresentada sob forma de um parecer.* ----------
--- *Informo a Câmara:* ----------
--- *1. que foram elaboradas e submetidas à verificação do auditor externo as demonstrações financeiras semestrais remetidas em anexo;*----------
--- *2. do conteúdo do parecer emitido pelo referido auditor;*----------

--- 3. que as referidas demonstrações financeiras e parecer vão ser remetidos à Assembleia Municipal para efeitos de apreciação." ----------
--- A Câmara tomou conhecimento. ----------
11.3. Departamento Administrativo e Financeiro – Divisão Financeira – Aprovisionamento ----
--- Adjudicações de Bens e Serviços de valor ≥ 25.000 Euros – Período: 18/11/2010 a 30/11/2010 ----------
--- A Câmara tomou conhecimento. ----------
11.4. Departamento de Urbanismo – Despachos do Mês de Novembro----------
--- A Câmara tomou conhecimento. ----------
11.5. Departamento Administrativo e Financeiro – Divisão Financeira – Contabilidade ----------
--- Resumo da Execução Orçamental – Período: 2 de Janeiro a 30 de Novembro de 2010 ---------
--- A Câmara tomou conhecimento. ----------
--- **Encerramento** ----------
--- Eram dezassete horas e quarenta minutos quando o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião. ----------
--- Para constar se lavrou a presente acta, que vai ser assinada pelo Sr. Presidente e pela Directora do Departamento Administrativo e Financeiro, Maria Irene Lameiro dos Santos, sob cuja responsabilidade foi elaborada.----------